

**CULTURA DIGITAL E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS:
REFLEXÕES SOBRE A
INTEGRAÇÃO DAS
TECNOLOGIAS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA E NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**DIGITAL CULTURE AND PEDAGOGICAL PRACTICES: REFLECTIONS ON THE
INTEGRATION OF TECHNOLOGIES IN BASIC EDUCATION AND HIGHER
EDUCATION**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 13/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781195287](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781195287)

Alexsandro dos Santos¹

Ana Maria Sampaio de Matos Araujo²

Elisangela Alves Pereira³

Gleicy Kelle Lopes de Oliveira Rocha⁴

Kellen Cristina Pires dos Santos Oliveira⁵

Luci Rosana Oliveira dos Santos⁶

Paula Calaço Nunes⁷

RESUMO

A cultura digital tem provocado transformações expressivas nas formas de ensinar, aprender, pesquisar, produzir conhecimento e interagir nos espaços educativos. No contexto da Educação Básica e da Educação Superior, a integração das tecnologias digitais não pode ser reduzida à presença de equipamentos, plataformas ou aplicativos, pois envolve mudanças nas práticas pedagógicas, na mediação docente e na organização dos processos de aprendizagem. Este texto tem como objetivo refletir sobre a relação entre cultura digital e práticas pedagógicas, analisando possibilidades, limites e desafios da inserção das tecnologias digitais em diferentes níveis de ensino. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos que discutem cultura digital, tecnologias digitais da informação e comunicação, metodologias ativas, ensino híbrido, competência digital docente e mediação pedagógica. A análise evidencia que as tecnologias digitais podem ampliar a participação discente, favorecer autoria, colaboração, personalização, avaliação formativa e aproximação entre escola, universidade e sociedade. Contudo, tais contribuições dependem de intencionalidade pedagógica, formação docente, infraestrutura, acessibilidade, ética e políticas institucionais. Conclui-se que a cultura digital exige práticas pedagógicas críticas, inclusivas e planejadas, nas quais a tecnologia seja compreendida como meio para qualificar a aprendizagem, e não como solução automática para os problemas educacionais. Assim, a integração tecnológica precisa fortalecer a autonomia intelectual, a cidadania digital e o protagonismo dos estudantes.

Palavras-chave: Cultura digital; Práticas pedagógicas; Tecnologias digitais; Educação Básica; Educação Superior.

ABSTRACT

Digital culture has brought about significant transformations in the ways of teaching, learning, researching, producing knowledge, and interacting in educational spaces. In the context of Basic Education and Higher Education, the integration of digital technologies cannot be reduced to the presence of equipment, platforms, or applications, as it involves changes in pedagogical practices, teacher mediation, and the organization of learning processes. This text aims to reflect on the relationship between digital culture and pedagogical practices, analyzing the possibilities, limitations, and challenges of integrating digital technologies at different levels of education. Methodologically, this is a bibliographic research, with a qualitative approach, based on studies that discuss digital culture, digital information and communication technologies, active methodologies, blended learning, teacher digital competence, and pedagogical mediation. The analysis shows that digital technologies can broaden student participation, promote authorship, collaboration, personalization, formative assessment, and closer ties between school, university, and society. However, such contributions depend on pedagogical intentionality, teacher training, infrastructure, accessibility, ethics, and institutional policies. It is concluded that digital culture demands critical, inclusive, and planned pedagogical practices, in which technology is understood as a means to enhance learning, and not as an automatic solution to educational problems. Thus, technological integration needs to strengthen intellectual autonomy, digital citizenship, and student empowerment.

Keywords: Digital culture; Pedagogical practices; Digital technologies; Basic Education; Higher Education.

1. INTRODUÇÃO

A cultura digital constitui uma das marcas mais evidentes da sociedade contemporânea, pois modifica os modos de comunicação, participação social, produção de conhecimento e circulação de informações. Conforme Ferreira (2020), essas transformações alcançam diretamente o campo educacional, exigindo que a escola e a universidade repensem seus processos formativos. Nesse contexto, os estudantes convivem cotidianamente com linguagens digitais, plataformas interativas, redes sociais, dispositivos móveis e múltiplas formas de acesso ao saber. A presença dessas tecnologias altera as relações entre sujeitos, conteúdos e instituições, tornando necessário compreender a aprendizagem como prática social mediada por diferentes recursos e linguagens. Assim, discutir cultura digital e práticas pedagógicas significa reconhecer que a educação não está separada das transformações culturais do presente, mas precisa interpretá-las criticamente para construir respostas pedagógicas coerentes, como destaca Ferreira (2020).

A integração das tecnologias digitais na Educação Básica e na Educação Superior não deve ser entendida como simples modernização instrumental. De acordo com Modelski et al. (2019), inserir computadores, projetores, ambientes virtuais ou aplicativos educacionais não garante, por si só, melhoria da aprendizagem ou inovação pedagógica. O potencial formativo das tecnologias depende da intencionalidade com que são mobilizadas, dos objetivos de aprendizagem definidos, da clareza metodológica e da mediação realizada pelo professor. Quando utilizadas apenas para reproduzir aulas expositivas, as tecnologias podem manter práticas tradicionais com aparência de novidade. Por outro lado, como afirmam Modelski et al. (2019), quando articuladas a propostas investigativas, colaborativas e autorais, podem ampliar a

participação dos estudantes e favorecer a construção ativa do conhecimento.

Na Educação Básica, a cultura digital desafia a escola a formar sujeitos capazes de utilizar tecnologias de maneira crítica, ética e responsável. Oliveira e Silva (2022) ressaltam que crianças e adolescentes acessam conteúdos digitais desde cedo, mas nem sempre desenvolvem critérios para selecionar fontes confiáveis, interpretar informações, proteger dados pessoais ou produzir conteúdos autorais. Por isso, cabe à escola orientar o uso pedagógico das tecnologias, articulando-as ao currículo e às práticas de leitura, escrita, pesquisa, comunicação e resolução de problemas. Nesse sentido, a cultura digital não se limita à familiaridade com telas, mas envolve letramento, cidadania, participação social e compreensão crítica das linguagens digitais.

Na Educação Superior, as tecnologias digitais têm impactado a organização das aulas, a relação entre presencialidade e virtualidade, os processos de avaliação e as formas de produção acadêmica. Para Valente (2014), ambientes virtuais de aprendizagem, fóruns, webconferências, bibliotecas digitais, portfólios eletrônicos e recursos colaborativos ampliam possibilidades de estudo, pesquisa e interação. Entretanto, essas ferramentas exigem planejamento didático e acompanhamento docente para que não se transformem em espaços de mera postagem de arquivos ou tarefas. Desse modo, a integração tecnológica na Educação Superior precisa favorecer autonomia intelectual, pensamento crítico, investigação científica e formação profissional contextualizada. A discussão sobre cultura digital também envolve a formação docente, pois professores da Educação Básica e da Educação Superior são chamados a atuar em ambientes

cada vez mais mediados por tecnologias. Segundo Silva (2025), essa atuação exige domínio técnico, mas também conhecimento pedagógico, sensibilidade ética e capacidade de selecionar recursos adequados aos objetivos formativos. O professor precisa compreender que a tecnologia não substitui sua função, mas exige novas formas de mediação, acompanhamento, avaliação e interação com os estudantes. Assim, a formação docente para a cultura digital precisa superar treinamentos isolados e promover reflexão crítica sobre a prática pedagógica, conforme defende Silva (2025).

Diante desse cenário, este texto tem como objetivo refletir sobre a integração das tecnologias digitais às práticas pedagógicas na Educação Básica e na Educação Superior. Santos et al. (2023) destacam que a cultura digital pode contribuir para a aprendizagem, desde que esteja articulada à mediação pedagógica, à formação docente e ao uso crítico das tecnologias. Busca-se, portanto, analisar tanto as contribuições da cultura digital quanto os desafios relacionados à inclusão digital, à infraestrutura, à ética e ao planejamento pedagógico. A relevância do tema justifica-se pela necessidade de compreender que a presença das tecnologias nas instituições educativas demanda criticidade, intencionalidade e compromisso com a formação integral dos estudantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Cultura Digital e Transformação das Práticas Educativas

A cultura digital pode ser compreendida como um conjunto de práticas, linguagens e formas de interação que emergem do uso social das tecnologias digitais. Segundo Veloso et al. (2023), no campo educacional, essa cultura modifica os modos de acesso à

informação, de comunicação entre professores e estudantes e de produção do conhecimento. Essa transformação exige que as práticas pedagógicas sejam revistas para contemplar diferentes linguagens, ritmos de aprendizagem e formas de participação. Assim, escola e universidade precisam considerar que os estudantes não aprendem apenas pela escuta passiva, mas também pela pesquisa, pela produção, pela colaboração e pela interação com múltiplos recursos.

As práticas pedagógicas na cultura digital precisam ser planejadas com intencionalidade, pois a tecnologia, isoladamente, não produz aprendizagem significativa. Oliveira e Silva (2022) destacam que o professor deve selecionar recursos que contribuam para os objetivos da aula, organizar situações de aprendizagem e acompanhar os processos desenvolvidos pelos estudantes. Nesse sentido, a mediação docente é fundamental para transformar o uso de ferramentas digitais em experiência formativa. Desse modo, a cultura digital não elimina a importância da prática pedagógica; ao contrário, amplia a responsabilidade docente na escolha de metodologias, na problematização dos conteúdos e na orientação da aprendizagem.

O uso pedagógico das tecnologias digitais pode favorecer o desenvolvimento da autoria discente, especialmente quando os estudantes são convidados a produzir textos, vídeos, podcasts, mapas conceituais, apresentações, infográficos ou projetos digitais. Para Aneleto (2018), essas produções ampliam a participação dos alunos e permitem que expressem conhecimentos por meio de diferentes linguagens. Contudo, a autoria precisa ser acompanhada de orientação sobre pesquisa, direitos autorais, organização das ideias e responsabilidade no compartilhamento de informações. A

produção digital deve estar vinculada à construção de conhecimento, e não apenas à execução técnica de uma tarefa.

A cultura digital também favorece novas formas de colaboração, pois permite que estudantes interajam, revisem produções, compartilhem materiais e construam respostas coletivas para problemas propostos. Em ambientes virtuais ou presenciais mediados por tecnologias, Santos, Cazusa e Aleixo (2023) observam que a aprendizagem pode ocorrer por meio de debates, fóruns, documentos compartilhados, projetos interdisciplinares e atividades em grupo. No entanto, colaboração não significa ausência de organização. O professor precisa definir papéis, critérios e objetivos para que a interação contribua efetivamente para a aprendizagem e não se reduza à divisão superficial de tarefas.

Outro aspecto importante refere-se à multimodalidade. Na cultura digital, os estudantes têm contato com textos compostos por palavras, imagens, sons, vídeos, links, gráficos e animações. Conforme Almeida, Prados e Silva Júnior (2025), essa diversidade de linguagens exige que as práticas pedagógicas ampliem o conceito de leitura e escrita, contemplando diferentes modos de produção de sentido. Na Educação Básica, isso contribui para o desenvolvimento do letramento digital e crítico; na Educação Superior, favorece a produção acadêmica em formatos variados e a comunicação científica com diferentes públicos.

A integração das tecnologias digitais também pode contribuir para a personalização de atividades, pois diferentes recursos permitem adaptar percursos de aprendizagem, propor exercícios diversificados e acompanhar dificuldades específicas. Entretanto, Valente (2019) ressalta que personalizar não significa substituir o professor por

plataformas automáticas, nem reduzir a aprendizagem a respostas padronizadas. A personalização precisa estar articulada à observação pedagógica, à escuta dos estudantes e à avaliação formativa. Dessa forma, as tecnologias podem apoiar o professor na identificação de necessidades, mas não substituem sua análise pedagógica.

2.2. Integração das Tecnologias na Educação Básica

Na Educação Básica, a integração das tecnologias digitais precisa respeitar as características do desenvolvimento infantil e juvenil, bem como as condições concretas das escolas. Recursos como vídeos, jogos educativos, plataformas de leitura, simulações, mapas interativos e ferramentas de produção textual podem tornar as aulas mais participativas, desde que estejam articulados ao currículo. Santos, Cazusa e Aleixo (2023) destacam que o uso das tecnologias deve contribuir para ampliar a compreensão dos conteúdos, estimular a curiosidade e favorecer a participação ativa dos estudantes. Quando não há planejamento, entretanto, o recurso digital pode se tornar apenas distração ou repetição de atividades mecânicas.

A escola tem papel essencial na formação para a cidadania digital. Embora muitos estudantes utilizem celulares, redes sociais e aplicativos, Ferreira (2020) observa que isso não significa que saibam avaliar a confiabilidade das informações, respeitar a autoria, proteger a própria privacidade ou agir de forma ética nos ambientes digitais. Cabe às práticas pedagógicas desenvolver competências relacionadas à pesquisa crítica, à seleção de fontes, à interpretação de dados e à comunicação responsável. A cultura digital na Educação Básica deve, portanto, contribuir para a formação de sujeitos participativos e conscientes.

O trabalho com tecnologias na Educação Básica também pode fortalecer projetos interdisciplinares. Temas como meio ambiente, saúde, diversidade, memória local, alimentação, cidadania e cultura podem ser investigados por meio de pesquisas digitais, entrevistas gravadas, mapas, vídeos, murais virtuais e apresentações multimodais. Segundo Veloso et al. (2023), essas práticas aproximam os conteúdos escolares da realidade dos estudantes e favorecem a articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Contudo, a interdisciplinaridade exige planejamento coletivo e clareza sobre as aprendizagens esperadas.

A integração tecnológica nas séries iniciais requer atenção especial à mediação do professor, pois os estudantes estão em processo de alfabetização, desenvolvimento da linguagem e construção de hábitos de estudo. Nesse contexto, Oliveira e Silva (2022) ressaltam que recursos digitais podem apoiar a leitura, a escrita, a oralidade, a contagem, a percepção visual e a criatividade. Entretanto, o uso de telas deve ser equilibrado com atividades concretas, interações presenciais, brincadeiras, leitura de livros impressos e registros no caderno. A tecnologia precisa compor o planejamento pedagógico sem substituir experiências fundamentais da infância.

Nas etapas finais da Educação Básica, as tecnologias digitais podem favorecer maior autonomia dos estudantes em pesquisas, projetos e produções autorais. A criação de podcasts, vídeos explicativos, jornais digitais, blogs, seminários online e apresentações colaborativas pode ampliar o engajamento e desenvolver competências comunicativas. Para Aneleto (2018), é necessário que o professor oriente o processo de investigação, ajude na definição de problemas, acompanhe a construção dos argumentos e estabeleça critérios de avaliação. A autonomia discente não ocorre

espontaneamente, mas é construída por meio da mediação pedagógica.

A inclusão digital é um desafio central na Educação Básica, pois o acesso desigual à internet, aos dispositivos e aos espaços adequados de estudo pode aprofundar desigualdades escolares. Ferreira (2020) aponta que muitas escolas enfrentam dificuldades de conectividade, manutenção de equipamentos e formação para o uso pedagógico das tecnologias. Além disso, estudantes de diferentes contextos sociais possuem condições diversas de acesso fora da escola. Por isso, a integração tecnológica precisa estar associada a políticas públicas, investimento em infraestrutura e estratégias de equidade.

2.3. Integração das Tecnologias na Educação Superior

Na Educação Superior, a cultura digital tem provocado mudanças nas formas de ensinar, aprender, pesquisar e socializar conhecimentos. O uso de ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas digitais, plataformas colaborativas e recursos de comunicação online possibilita ampliar a interação entre professores e estudantes para além da sala de aula presencial. Valente (2014) observa que essa ampliação precisa ser acompanhada de planejamento didático, organização dos materiais e definição clara das atividades. Quando bem estruturadas, as tecnologias podem favorecer maior autonomia acadêmica e participação ativa dos estudantes.

A sala de aula invertida é uma estratégia que ganhou destaque na Educação Superior por reorganizar o tempo pedagógico. Nessa proposta, parte do contato inicial com os conteúdos ocorre antes do

encontro presencial, por meio de leituras, vídeos ou materiais digitais, enquanto o momento de aula é destinado à discussão, resolução de problemas, aplicação prática e aprofundamento conceitual. Conforme Valente (2019), essa metodologia exige que o estudante assuma postura ativa, mas também requer acompanhamento docente para evitar que o estudo prévio seja superficial ou desarticulado.

As tecnologias digitais também favorecem a aprendizagem baseada em projetos na Educação Superior, especialmente em cursos que buscam articular teoria, prática e investigação. Almeida (2022) destaca que, por meio de ferramentas digitais, os estudantes podem pesquisar problemas reais, organizar dados, produzir relatórios, elaborar materiais multimodais e socializar resultados. Essa dinâmica contribui para aproximar a formação acadêmica das demandas profissionais e sociais. Contudo, a aprendizagem baseada em projetos exige acompanhamento contínuo, definição de etapas, critérios de avaliação e articulação entre conteúdos curriculares.

Nos cursos de formação de professores, a integração das tecnologias digitais assume relevância ainda maior, pois os futuros docentes precisam vivenciar experiências formativas coerentes com os desafios que enfrentarão na escola. Não basta estudar teoricamente a cultura digital; segundo Ferreira (2020), é necessário experimentar práticas que envolvam planejamento, mediação, avaliação e reflexão sobre o uso pedagógico das tecnologias. Dessa forma, as licenciaturas podem contribuir para formar professores capazes de utilizar recursos digitais de modo crítico, criativo e inclusivo.

A Educação Superior tecnológica também evidencia a importância dos multiletramentos, pois a formação profissional contemporânea

demanda leitura e produção de textos em diferentes linguagens e suportes. Práticas pedagógicas que articulam tecnologias digitais, pesquisa, comunicação e resolução de problemas podem favorecer a preparação dos estudantes para contextos profissionais marcados por mudanças rápidas e exigência de atualização permanente. Almeida, Prados e Silva Júnior (2025) ressaltam que os recursos digitais devem contribuir para a formação crítica e não apenas para o treinamento operacional.

A educação híbrida na Educação Superior precisa ser compreendida para além da alternância entre atividades presenciais e online. Trata-se de uma reorganização intencional dos tempos, espaços, metodologias e formas de interação. Quando planejada de forma pedagógica, conforme Veloso et al. (2023), ela pode ampliar a flexibilidade, favorecer o estudo autônomo e fortalecer momentos presenciais voltados ao debate e à aplicação do conhecimento. Porém, quando mal planejada, pode gerar fragmentação, sobrecarga e descontinuidade na aprendizagem.

3. REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A cultura digital apresenta possibilidades significativas para ampliar a participação dos estudantes nas práticas pedagógicas, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. Quando são convidados a pesquisar, produzir, apresentar e compartilhar conhecimentos, os estudantes deixam de ocupar uma posição exclusivamente receptiva e passam a assumir papel mais ativo no processo de aprendizagem. Modelski, Giraffa e Casartelli (2019) destacam que o uso pedagógico das tecnologias digitais pode favorecer práticas mais investigativas, colaborativas e autorais, desde

que esteja vinculado à intencionalidade docente. Essa participação, portanto, precisa ser construída por meio de propostas orientadas, critérios claros e acompanhamento pedagógico contínuo, pois o protagonismo discente não ocorre apenas pela presença dos recursos tecnológicos, mas pela forma como são integrados às situações de aprendizagem.

As tecnologias digitais também podem favorecer a avaliação formativa, uma vez que possibilitam acompanhar processos de aprendizagem, registrar produções, oferecer devolutivas e reorganizar estratégias pedagógicas. Portfólios digitais, fóruns, rubricas, formulários, mapas conceituais e registros multimodais podem auxiliar professores e estudantes a compreenderem avanços, dificuldades e necessidades de intervenção. Conforme Valente (2019), o uso de tecnologias associado a metodologias ativas permite acompanhar melhor a participação discente e favorecer processos avaliativos mais dinâmicos. Entretanto, a avaliação mediada por tecnologias precisa evitar a redução da aprendizagem a números, cliques ou respostas automáticas, pois avaliar na cultura digital exige interpretar processos, trajetórias e produções dos estudantes.

Outro desafio importante refere-se à sobrecarga docente, especialmente porque a incorporação das tecnologias pode ampliar demandas de planejamento, produção de materiais, comunicação online, correção de atividades e acompanhamento individualizado. Silva (2025) ressalta que a competência digital docente envolve não apenas domínio técnico, mas também condições para selecionar recursos, planejar práticas, avaliar aprendizagens e atuar de forma ética nos ambientes digitais. Sem apoio institucional adequado, a inovação pedagógica pode se transformar em intensificação do trabalho do professor. Por isso, a integração das tecnologias requer

suporte técnico, tempo para planejamento, formação continuada e políticas institucionais que valorizem o trabalho docente.

A proteção de dados e a ética digital constituem dimensões fundamentais da cultura digital, pois o uso de plataformas educacionais, aplicativos, redes sociais e ambientes virtuais envolve circulação de informações pessoais, imagens, produções dos estudantes e registros de aprendizagem. Oliveira e Silva (2022) defendem que a mediação pedagógica e tecnológica deve orientar o uso responsável dos recursos digitais, considerando a privacidade, a autoria e a segurança dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, professores e instituições precisam desenvolver práticas educativas que favoreçam a consciência crítica sobre desinformação, exposição excessiva, direitos autorais e uso ético das tecnologias.

A infraestrutura permanece como um dos principais limites para a integração tecnológica na Educação Básica e na Educação Superior. Muitas escolas e instituições enfrentam problemas de conexão, ausência de equipamentos, manutenção insuficiente e falta de suporte técnico. Santos, Cazusa e Aleixo (2023) apontam que as TDIC oferecem possibilidades relevantes para a prática pedagógica, mas sua efetivação depende de condições materiais, formação docente e planejamento institucional. Além disso, a desigualdade de acesso afeta estudantes que não possuem dispositivos adequados ou internet estável em casa, o que demonstra que discutir cultura digital exige reconhecer a necessidade de políticas públicas e estratégias de inclusão digital.

A integração das tecnologias também demanda reflexão sobre o equilíbrio entre práticas digitais e experiências presenciais. A cultura digital não deve eliminar a importância do diálogo, da convivência,

da leitura atenta, da escrita manual, das atividades concretas e das relações humanas no processo educativo. Ferreira (2020) evidencia que a formação para a cultura digital precisa superar o uso meramente instrumental das tecnologias, considerando suas implicações sociais, culturais e pedagógicas. Dessa forma, o desafio consiste em articular recursos digitais e práticas presenciais de modo complementar, escolhendo os meios mais adequados aos objetivos de aprendizagem e às necessidades dos estudantes.

No contexto da Educação Básica, é necessário evitar que o uso das tecnologias seja entendido apenas como entretenimento ou premiação. Jogos, vídeos, aplicativos e plataformas digitais podem contribuir para a aprendizagem, mas precisam ser inseridos em sequências didáticas que envolvam problematização, registro, discussão e avaliação. Aneleto (2018) observa que a ação educativa na cultura digital exige planejamento, reflexão e clareza pedagógica, para que os recursos tecnológicos não sejam utilizados de forma superficial. Quando o recurso digital é empregado sem finalidade formativa, ele pode dispersar a atenção ou reforçar práticas pouco significativas.

Na Educação Superior, o uso de tecnologias digitais precisa fortalecer a formação científica, acadêmica e profissional dos estudantes. Ferramentas digitais podem auxiliar na busca bibliográfica, organização de dados, produção de textos, comunicação acadêmica e socialização de pesquisas. Almeida (2022) destaca que práticas docentes mediadas por tecnologias digitais podem contribuir para a formação universitária, desde que estejam associadas à orientação pedagógica e à reflexão crítica. Assim, o estudante precisa aprender a utilizar esses recursos com rigor, ética e responsabilidade, compreendendo que a universidade tem o

papel de formar sujeitos capazes de produzir conhecimento qualificado em meio ao grande volume de informações disponíveis.

A cultura digital pode favorecer práticas inclusivas quando oferece recursos de acessibilidade, como legendas, leitores de tela, ampliação de fontes, materiais audiovisuais, formatos variados de resposta e possibilidades de comunicação alternativa. No entanto, Ferreira (2020) ressalta que a formação de professores para a cultura digital precisa ultrapassar uma visão instrumental, contemplando dimensões críticas, pedagógicas e sociais. Nesse sentido, a inclusão não ocorre automaticamente pela presença da tecnologia, sendo necessário planejar atividades acessíveis, considerar necessidades específicas dos estudantes e garantir que todos possam participar das propostas pedagógicas.

A educação híbrida representa uma possibilidade importante para integrar presencialidade e virtualidade de modo pedagógico, tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior. Porém, sua qualidade depende da coerência entre objetivos, atividades, mediação e avaliação. Veloso et al. (2023) afirmam que a educação híbrida deve ser compreendida como reorganização intencional dos tempos, espaços, metodologias e formas de interação, e não apenas como divisão entre atividades presenciais e online. Quando planejada adequadamente, essa modalidade pode ampliar o tempo de estudo, favorecer a interação e possibilitar diferentes formas de participação; quando mal estruturada, pode gerar fragmentação, sobrecarga e descontinuidade na aprendizagem.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidencia que a cultura digital tem produzido mudanças significativas nas formas de ensinar, aprender, comunicar e participar dos processos educativos. No contexto da Educação Básica e da Educação Superior, essa transformação não se limita à presença de equipamentos ou plataformas digitais, mas envolve novas formas de organização das práticas pedagógicas. Ferreira (2020) contribui para essa discussão ao destacar que a formação docente precisa considerar a cultura digital como elemento presente no cotidiano escolar e acadêmico. Dessa forma, os resultados apontam que a integração das tecnologias ao currículo deve ocorrer de maneira planejada, ética e socialmente significativa, superando uma visão meramente instrumental.

Os estudos analisados também indicam que a formação docente é uma condição essencial para que as tecnologias digitais sejam incorporadas de modo qualificado às práticas pedagógicas. Modelski, Giraffa e Casartelli (2019) afirmam que a fluência digital docente envolve conhecimentos, habilidades e atitudes que permitem ao professor utilizar e criar propostas pedagógicas mediadas por tecnologias. Nesse sentido, observa-se que o domínio técnico dos recursos digitais é importante, mas insuficiente quando não está articulado à reflexão crítica, ao planejamento didático e à avaliação das aprendizagens. Assim, a formação do professor aparece como elemento decisivo para transformar a tecnologia em possibilidade formativa.

Outro resultado recorrente na literatura refere-se à importância da mediação docente nos processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias. A presença de recursos digitais, por si só, não garante aprendizagem significativa, pois os estudantes precisam de orientação, problematização e acompanhamento.

Oliveira e Silva (2022) destacam que a mediação pedagógica envolve criar condições para que os estudantes construam conhecimentos, enquanto a mediação tecnológica diz respeito ao uso dos recursos digitais de forma articulada aos objetivos educacionais. Essa discussão reforça que a tecnologia não substitui o professor, mas exige dele uma atuação ainda mais intencional e planejada.

Na Educação Superior, os resultados apontam que as tecnologias digitais podem reorganizar tempos, espaços e metodologias de aprendizagem. Valente (2014), ao discutir o ensino híbrido e a sala de aula invertida, evidencia que os recursos digitais possibilitam deslocar parte da exposição de conteúdos para momentos de estudo prévio, valorizando a aula presencial como espaço de interação, discussão e aplicação do conhecimento. Essa perspectiva demonstra que a cultura digital pode favorecer maior autonomia acadêmica, desde que o estudante seja acompanhado pelo professor e tenha clareza sobre os objetivos das atividades propostas.

As metodologias ativas também aparecem como possibilidade relevante na integração das tecnologias digitais. Em estudo sobre tecnologias e educação a distância na Educação Superior, Valente (2019) ressalta que ambientes virtuais podem favorecer aprendizagem baseada em projetos, resolução de problemas e participação discente. Os resultados indicam que essas metodologias contribuem para deslocar o estudante de uma posição passiva para uma participação mais ativa na construção do conhecimento. No entanto, essa participação não ocorre automaticamente, pois depende de planejamento, acompanhamento docente, critérios avaliativos e articulação com os conteúdos curriculares.

A análise dos estudos também revela que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação apresentam possibilidades e desafios para as práticas pedagógicas. Santos, Cazusa e Aleixo (2023) observam que as TDIC podem ampliar a aprendizagem, diversificar estratégias didáticas e favorecer a participação dos estudantes. Entretanto, os autores também apontam limites relacionados à infraestrutura, à formação docente e à resistência institucional. Desse modo, os resultados mostram que a integração tecnológica exige equilíbrio entre potencialidades e dificuldades, evitando tanto a rejeição das tecnologias quanto sua idealização como solução automática para os problemas educacionais.

No campo da formação continuada, os resultados destacam a necessidade de superar propostas formativas baseadas apenas em oficinas técnicas. Aneleto (2018) enfatiza que a formação de professores na cultura digital deve promover uma práxis pedagógica fundamentada, planejada e comprometida com a aprendizagem significativa dos estudantes. Essa perspectiva permite compreender que a formação docente precisa articular domínio tecnológico, fundamentos pedagógicos e reflexão crítica sobre a prática. Portanto, a cultura digital exige processos formativos permanentes, contextualizados e vinculados às reais necessidades dos professores e dos estudantes.

A educação híbrida também se destaca como uma das possibilidades de reorganização das práticas pedagógicas na cultura digital. Veloso et al. (2023) discutem a educação híbrida como fenômeno que desafia a docência contemporânea, pois envolve a articulação entre tempos, espaços, metodologias e formas de interação. Os resultados indicam que o ensino híbrido não deve ser entendido apenas como combinação entre atividades presenciais e

online, mas como uma proposta pedagógica que exige planejamento, acompanhamento e coerência entre objetivos, atividades e avaliação. Quando mal estruturada, essa modalidade pode gerar fragmentação e sobrecarga; quando bem planejada, pode ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Outro aspecto evidenciado na literatura refere-se à competência digital docente. Silva (2025) destaca que esse conceito envolve conhecimentos, habilidades e atitudes para o uso crítico, ético e pedagógico das tecnologias. A análise permite observar que a competência digital não se restringe ao domínio de ferramentas, pois inclui seleção de recursos, produção de materiais, comunicação, avaliação, inclusão e responsabilidade ética nos ambientes digitais. Assim, os resultados reforçam que a formação docente precisa contemplar dimensões técnicas, pedagógicas, sociais e éticas da cultura digital.

No contexto das licenciaturas, as tecnologias digitais assumem papel importante na formação inicial de professores. Almeida (2022) analisa práticas docentes mediadas por tecnologias digitais em cursos de licenciatura a distância e evidencia que a vivência em ambientes virtuais pode contribuir para a futura prática profissional. Contudo, essa contribuição depende de orientação pedagógica e reflexão crítica sobre o uso dos recursos digitais. Dessa forma, os resultados indicam que os cursos de formação de professores precisam oferecer experiências que articulem teoria, prática, mediação e avaliação no uso das tecnologias.

A formação de professores para a cultura digital também deve ultrapassar uma visão instrumental. Ferreira (2020) defende que essa formação precisa contemplar dimensões pedagógicas, críticas,

colaborativas e autorais. A partir dessa perspectiva, observa-se que o professor não deve ser preparado apenas para operar ferramentas digitais, mas para compreender os sentidos sociais, culturais e educacionais das tecnologias. Os resultados apontam que uma prática pedagógica consciente requer capacidade de analisar contextos, reconhecer desigualdades, promover inclusão e utilizar os recursos digitais de forma ética e transformadora.

Por fim, os estudos sobre multiletramentos na Educação Superior tecnológica reforçam que a cultura digital amplia as formas de leitura, escrita e produção de conhecimento. Almeida, Prados e Silva Júnior (2025) destacam que as práticas docentes precisam considerar diferentes linguagens, suportes e modos de comunicação. Nesse sentido, os resultados indicam que a formação acadêmica e profissional deve preparar os estudantes para lidar com textos multimodais, ambientes digitais e demandas comunicativas diversas. Essa perspectiva é relevante porque a cultura digital exige sujeitos capazes de produzir, interpretar e compartilhar conhecimentos de forma crítica, criativa e responsável.

De modo geral, os resultados discutidos evidenciam que a integração das tecnologias digitais na Educação Básica e na Educação Superior apresenta possibilidades importantes para a aprendizagem, como participação discente, autoria, colaboração, avaliação formativa, personalização e flexibilização dos tempos e espaços educativos. Entretanto, a literatura também aponta desafios relacionados à infraestrutura, formação docente, mediação pedagógica, ética, inclusão digital e condições institucionais. Assim, a discussão permite afirmar que a tecnologia só contribui efetivamente para a educação quando está articulada a um projeto pedagógico crítico, inclusivo e intencional.

5. CONCLUSÃO

A cultura digital impõe à Educação Básica e a Educação Superior o desafio de repensar práticas pedagógicas, currículos, metodologias e formas de interação. A integração das tecnologias digitais não pode ser tratada como simples atualização técnica, pois envolve mudanças profundas nos modos de ensinar, aprender, pesquisar, produzir conhecimento e participar socialmente. Ao longo do texto, observou-se que a tecnologia só contribui efetivamente para a aprendizagem quando está articulada a objetivos pedagógicos claros, mediação docente qualificada e compromisso com a formação crítica dos estudantes.

Na Educação Básica, as tecnologias digitais podem ampliar o acesso a diferentes linguagens, favorecer a participação dos estudantes e apoiar práticas interdisciplinares. Entretanto, sua inserção precisa ocorrer de maneira planejada, contextualizada e inclusiva, considerando as características dos alunos, as condições concretas das escolas e os objetivos de aprendizagem. Nesse contexto, a escola tem o papel de desenvolver o letramento digital crítico, formando sujeitos capazes de selecionar informações, respeitar a autoria, proteger dados pessoais e participar de forma ética nos ambientes digitais.

Na Educação Superior, a integração tecnológica pode fortalecer metodologias ativas, ensino híbrido, pesquisa, produção acadêmica e formação profissional. Os recursos digitais permitem ampliar tempos e espaços de aprendizagem, diversificar estratégias didáticas e favorecer maior autonomia acadêmica. Contudo, essas possibilidades exigem planejamento, clareza metodológica, acompanhamento docente e avaliação consistente, para que a

formação universitária não se reduza ao uso operacional de ferramentas, mas contribua para a atuação crítica dos estudantes em contextos sociais e profissionais marcados pela digitalização.

A formação docente aparece como condição indispensável para a integração qualificada das tecnologias. Professores da Educação Básica e da Educação Superior precisam desenvolver competência digital, mas também reflexão pedagógica, ética e crítica sobre a cultura digital. A formação não deve limitar-se a cursos técnicos sobre aplicativos ou plataformas, mas precisa favorecer a análise das práticas, a experimentação de metodologias, a colaboração entre docentes e a compreensão das necessidades dos estudantes.

Conclui-se que a integração das tecnologias digitais nas práticas pedagógicas exige equilíbrio entre inovação e criticidade. As tecnologias podem ampliar possibilidades de aprendizagem, autoria, colaboração, inclusão e avaliação formativa, mas também podem reproduzir desigualdades quando utilizadas sem planejamento, sem infraestrutura adequada e sem políticas institucionais de apoio. Assim, a cultura digital deve ser compreendida como dimensão constitutiva da educação contemporânea, exigindo compromisso ético, investimento em formação docente, condições materiais e práticas pedagógicas voltadas à aprendizagem significativa de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Clarisse de Mendonça. Licenciaturas a distância, tecnologias digitais e pandemia: relatos de práticas docentes. *EaD em Foco*, v. 12, n. 3, e1932, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i3.1932>.

ALMEIDA, Luciana dos Santos; PRADOS, Rosalia Maria Netto; SILVA JÚNIOR, Carlos Alberto da. Ensino superior tecnológico e o trabalho docente: tecnologias digitais e multiletramentos. *Devir Educação*, v. 9, n. 1, e980, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30905/rde.v9i1.980>.

ANELETO, Úrsula Cunha. Formação de professores e ação educativa na era da cultura digital: algumas reflexões. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, v. 4, n. 8, p. 295-306, 2018. DOI: <https://doi.org/10.31417/educitec.v4i08.477>.

FERREIRA, Jacques de Lima. Cultura digital e formação de professores: uma análise a partir da perspectiva dos discentes da Licenciatura em Pedagogia. *Educar em Revista*, v. 36, e75857, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75857>.

MODELSKI, Daiane; GIRAFFA, Lucia Maria Martins; CASARTELLI, Alam de Oliveira. Tecnologias digitais, formação docente e práticas pedagógicas. *Educação e Pesquisa*, v. 45, e180201, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945180201>.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. *Revista Educação em Questão*, v. 60, n. 64, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2022v60n64ID28275>.

SANTOS, Raquel Moreira dos; CAZUZA, Erika dos Santos; ALEIXO, Felipe. TDIC e educação: desafios e possibilidades na prática pedagógica. *Revista Exitus*, v. 13, n. 1, e023056, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24065/re.v13i1.2528>.

SILVA, Monalisa Pivetta da; MINUZI, Nathalie Assunção. No rastro dos conceitos de competência digital docente. *Texto Livre*, v. 18, e54501,

2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-3652.2025.54501>.

VALENTE, José Armando. Blended learning e as mudanças no Ensino Superior: a proposta da sala de aula invertida. *Educar em Revista*, n. especial 4, p. 79-97, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.38645>.

VALENTE, José Armando. Tecnologias e educação a distância no Ensino Superior: uso de metodologias ativas na graduação. *Trabalho & Educação*, v. 28, n. 1, p. 97-113, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2019.9871>.

VELOSO, Braian Garrito; SESTITO, Camila Dias de Oliveira; MALHEIRO, Cícera Aparecida Lima; PARESCHI, Claudinei Zagui; MILL, Daniel; ROCHA, Kátia Gardênia Henrique da; CHAQUIME, Luciane Penteado. Educação híbrida e cultura digital: reflexões sobre docência, aprendizagem e tecnologias na contemporaneidade. *Dialogia*, n. 44, e24294, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5585/44.2023.24294>.

¹ Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. Professor do Ensino Básico da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-Ba). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

² Graduada em Letras português pela Universidade Federal do Ceará. Servidora pública Federal - Cargo Assistente de Aluno. E-mail:

[acesse o artigo original para visualizar o e-mail / acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

³ Graduação Letras/Inglês, Espanhol e literaturas afins- UEG. Pós - Docência do Ensino Superior/ Universidade Gama Filho - Brasília/DF. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁴ Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Educação Infantil, Alfabetização e letramento pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura (FABEC). Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁵ Mestranda em Educação- Faculdade de Educação - FE - PPGE/UFG; Linha de pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação (2025). Graduação em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IF GOIANO Campus Morrinhos (2016). Pós-Graduação Lato sensu, Especialização em Linguagens e Práticas de Ensino, pela Universidade Estadual de Goiás-Campus Morrinhos. (2019). Pós-Graduação Lato Sensu, Alfabetização e Letramento, pela faculdade Iguaçu, (2024) Capanema/PR. Professora efetiva (concurso público) da Rede Municipal de Ensino de Morrinhos GO, atuando na Educação Infantil, especificamente na pré-escola, na Escola Municipal de Educação Infantil Terezinha Corcelli.

⁶ Especialista em Estudos Linguísticos e Literários (Faculdade Batista Brasileira – FBB). Professora do Ensino Fundamental II da Rede

Municipal de Educação de Euclides da Cunha, Bahia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)

⁷ Graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás. Pós graduada em atendinto educacional especializado AEE. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)